# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO COORDENADORIA DA BIBLIOTECA DIVISÃO DE ACERVO—PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE Maio – 2016



# Sumário

	The state of the s	
	A cuipa e o surgimento da responsabilidade objetiva: evolução histórica, noções i derais e broboses previstas no Código Cévil lo auto dons erração formerentores.	
Editori	The guilt and the emergence of objective responsability, historical evalution, general A	
BAS no		
Dou	JTRINA estatu socialmisental como "restrohanto" de sustane a disade a da aut e	
Sociolo	A DO DIREITO PIENDISEMBER ESTABLES DE SENTIMENTALES DE SE	
	O sexo e direito: a história de uma relação muito íntima (parte 2)	
	Sex and the law: the history of a very intimate relationship (part 2)	
	Rodrigo Bernardes dias	2
DIREITO	CONSTITUCIONAL DE LA CASA DE LA C	
	A propriedade privada no Estado Democrático de Direito: o papel do Estado sobre o prisma da dignidade da pessoa humana	
	Private property in the Democratic Rule of Law: the State's role on the prism of human dignity	
	Luan Raniere Santana Trevizan	10
DIREITO	Macualitat Regalizat N Ets a guestão OVITARTZINIMDA	
	Transparência e participação popular: dois lados da mesma moeda	
	Transparency and popular participation: two sides of the same coin	
	Jorge Bernardo Oliveira da Silva	12
DIREITO	INTERNACIONAL REPORTS A ZISTAN ROUNDIE STANDER OF SHORING THE PRINCIPLE	
	Direitos fundamentais da União Europeia e atual impossibilidade de uma Constituição do Mercosul	
	The fundamental rights in European Union and the actual impossibility of a Constitution from Mercosul	
	Eduardo de Azevedo Laranjeira	14
DIREITO	Para além do reducionismo acusatório-inquisitório: a inserção do justo processo y CIVIL	
	Marco Civil da Internet no Brasil: repercussões e perspectivas	
	Brazil's Internet Bill of Rights: repercussions and perspectives	
	Rebeca Garcia	16

0	Revista dos Tribunais • RT 964 • Fevereiro de 2016	2
	Punitive damages no direito brasileiro	
	Punitive damages under the Brazilian law	
	Luciana de Godoy Penteado Gattaz	191
	A culpa e o surgimento da responsabilidade objetiva: evolução histórica, noções gerais e hipóteses previstas no Código Civil	
	The guilt and the emergence of objective responsability: historical evolution, general concepts and assumptions set out in the Civil Code	
	Cristiane De Marchi	215
DIREITO	DO CONSUMIDOR	
DIKETIC		
	A aplicabilidade do direito estrangeiro nas relações internacionais de consumo pelo diálogo das fontes	
	The applicability of foreign law to international consumption relations through the dialgogue of sources	
	Eduardo Prigenzi Moura Sales	245
DIREITO	PENAL JANGGUTTENGO	
	A execução da busca e apreensão, capacidade de representação do delegado de polícia, etiquetamento e o controle judicial. Atualidades	
	The implementation of search and seizure, the chief of police representation capacity, labeling and judicial review. News	
	Rodrigo Carneiro Gomes	297
	Maconha: legalizar?! Eis a questão	
	Marijuana: legalize?! That is the question	
	Daniele Oliveira de Melo	313
DIREITO	Processual Penal	010
DIKEHU		
	A injustiça na legal aplicação das penas: a discrepância no tratamento estatal dispendido ao ofendido e ao autor de ilícitos penais e a ausência de reparação do dano à vítima	
	Injustice in the legal application of feathers: the discrepancy in the state treatment spent the offended and the author of unlawful criminal and repair absence of damage to victims	
	Rodrigo Cavalcante dos Santos	335
	Para além do reducionismo acusatório-inquisitório: a inserção do justo processo no estudo dos temas do processo penal	
	Beyond the reductionism accusatorial-inquisitorial: fair trial's inclusion on criminal procedure studies	
	Frederico Valdez Pereira	349
		UTJ

DIREITO	D DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DESCRIPTO ALDIA FINADAMI RO ORTRADIADO	
	Uma reflexão em torno da violência doméstica contra a criança e o adolescente diante dos aspectos controvertidos e lacunosos da Lei 13.010, de 26.06.2014 (Lei da Palmada)	
	A reflection on domestic violence against children and adolescents before the controversial aspects and gaps of the Law 13.010, of 26 June 2014 (Spanking Law)	
	Maria Aparecida Alkimin	37
DIREITO	per afestamento de lei tributária du ato normativo do Poder Público sem a expresso de la Atraidad.	
	A propriedade socioambiental como "instrumento" de sustentabilidade e garantia ao futuro: uma análise do direito de propriedade e do dever de solidariedade entre gerações	
	Environmental property as "tool" sustainability and guarantee to the future: an analysis of the property right and the duty of solidarity between generations	
	MARIANA SWERTS CUNHA e ELCIO NACUR REZENDE	40
DIREIT	COMPETENCIA = Execução (Babalhara = Credito construido apos o determinado TON CONTRA DO CONTRA DE CON	
	Avaliação dos direitos trabalhistas constitucionalizados	
	Evaluation of constitutionalized labor rights	
	Georgenor de Sousa Franco Filho	42
	ISPRUDÊNCIA COMENTADA E ANOTADA	
Ju	risprudência Selecionada	
	<ul> <li>AÇÃO PENAL – Desmembramento do feito – Estelionato contra a Administração Pública – Funcionários "fantasmas" da Assembleia Legislativa – Número excessivo de acusados que causa tumulto processual e aumenta a possibilidade de prescrição • PROVA ILÍCITA – Ocorrência – Interceptação telefônica – Estelionato contra a Administração Pública – Acusados detentores de foro com prerrogativa de função • DENÚNCIA – Recebimento – Estelionato contra a</li> </ul>	
	Administração Pública – Funcionários "fantasmas" da Assembleia Legislativa – Nomeação de servidor que não possui cartão de entrada, acesso à internet ou conta de e-mail profissional.	
	Comentário por Maria Edith Camargo Ramos Salgretti	43
Supre	MO TRIBUNAL FEDERAL	
1.	Acordãos de desenvol available moradores de desenvol as secure de la secure del secure de la secure del la secure de la secure de la secure de la secure del la secure del la secure del la secure del la secure de la secure de la secure del la secure del la secure del la secure del la secure della secure	
	• AGRAVO REGIMENTAL – Interposição pelo próprio signatário da petição recursal –	
	Comentário por Eduardo Cambi e Alencar Frederico Margraf: Direito constitucional de petição e de postular em juízo	47

2	Revista dos Tribunais • RT 964 • Fevereiro de 2016	
	<ul> <li>CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA – Inscrição de Estado-membro em sistemas de restrição ao crédito da União – Boa-fé do administrador em trazer o ente político à adimplência que permite, mesmo sem a instauração da tomada de contas, excepcionalmente, a exclusão do registro.</li> </ul>	
	Comentário por Reginaldo Boraschi	487
	<ul> <li>JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – Cassação de acórdão em razão da existência de um error in procedendo – Violação da cláusula de reserva de plenário por afastamento de lei tributária ou ato normativo do Poder Público sem a expressa declaração de inconstitucionalidade.</li> </ul>	
	Comentário por Geancarlos Lacerda Prata e Vander Brusso da Silva: Paradigma levantado no Recurso Extraordinário com Agravo	50
SUPER	RIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MANDENIOSELE DOCUMENTO AO AMBRONA INDESENDADA	
<sub>204</sub> 1.	Acórdão Acórdão Acorda de Recorda Acordão Acor	
	<ul> <li>COMPETÊNCIA – Execução trabalhista – Crédito constituído após o deferimento do pedido da recuperação judicial – Controle dos atos constritivos de patrimônio da sociedade afetada que compete ao juízo falimentar, aquilatando a essencialidade do bem à atividade empresarial.</li> </ul>	
	Comentário por Geancarlos Lacerda Prata e Vander Brusso da Silva	515
	NAL SUPERIOR DO TRABALHO ACÓRDÃO ACÓRD	
	<ul> <li>DANO MORAL – Indenização – Funcionário de instituição financeira que é instruido a obstaculizar a atuação dos oficiais de justiça, contra sua vontade, escondendo dinheiro da agência bancária em locais inusitados.</li> </ul>	
	Comentário por Roberto Carneiro Filho: Comentário ao acórdão do AIRR-768-97.2014.5.17.0013, julgado pela 1.ª T. do Colendo TST	559
Jur	isprudência Anotada na Íntegra	
SUPER	ior Tribunal de Justiça	
1.	Acórdãos	
	<ul> <li>CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – Compra e venda premiada</li> <li>Promessa de aquisição de motocicletas, mediante formação de grupos, com pagamentos de contribuições mensais e sorteios, cujos contemplados ficam</li> </ul>	
	<ul> <li>exonerados de adimplir as parcelas restantes.</li> <li>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Incidência sobre a receita bruta da comercialização de produtos pelo empregador rural – Levantamento dos valores depositados em juízo</li> </ul>	575
	pela cooperativa sub-rogada	615

intermediários de êxito vincendos à rescisão contratual. • HONORÁRIO ADVOGADO – Contrato que dispõe sobre o pagamento de honorários finais de –Existência de expressa previsão contratual autorizando o consórcio a resunilateralmente, desmotivadamente e sem ônus.	e êxito scindir
JURISPRUDÊNCIA ANOTADA	
accine a discount of the second of the secon	
Superior Tribunal Federal	
1. Acórdãos	
PRISÃO PREVENTIVA – Tráfico de entorpecentes – Conversão da prisão em flag	grante
em preventiva baseada na gravidade abstrata da imputação	68
• IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Isenção de livros, jornais, periódicos e o papel destir	nado a
sua impressão – Extensão para tintas e chapas de impressão de jornais	68
COISA JULGADA – Ação coletiva – Discussão acerca do alcance dos efeitos da d	ecisão
em sede de recurso extraordinário	68
2. Decisão monocrática	
<ul> <li>ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – Veto presido oposto à integra de projeto de lei complementar do Senado fundamenta</li> </ul>	
inconstitucionalidade por vício de iniciativa	STATE OF THE PARTY
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
ac 1. Acórdãos	
<ul> <li>PRISÃO PREVENTIVA – Organização criminosa, corrupções ativa e passiva, sone</li> </ul>	
fiscal, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro – Operação "Publicano"	69
<ul> <li>HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Majoração do montante – Empresa de eco</li> </ul>	nomia
mista que é sucumbente em ação de reparação de dano ambiental	69
<ul> <li>PREVIDÊNCIA PRIVADA – Aposentadoria complementar – Revisão de bene</li> </ul>	ficio –
Integração das horas extras, reconhecidas em reclamação trabalhista, no cálo benesse	culo da 69
2. Decisão monocrática ORIBNAL 30 OR ADITEUL	
<ul> <li>DANO MORAL – Indenização – Cadáver em decomposição encontrado no reserve</li> </ul>	
do serviço de água e esgoto que abastece a cidade	

## REVISTA DOS TRIBUNAIS • RT 964 • FEVEREIRO DE 2016

372112110 BE 2010	
Tribunal Superior do Trabalho	
1 Acordão	
CONVENÇÃO COLETIVA – Nulidade – Cláusula que permite o pagamento do valor do tíquete-alimentação de forma diferenciada em razão do cargo de trabalho	705
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
1. Acórdão Acórdão	
<ul> <li>PREFEITO MUNICIPAL – Eleição – Substituição de candidato pelo seu filho de mesmo nome na véspera do pleito – Fraude eleitoral</li> </ul>	709
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	703
1. Acórdão Objetuam es atenteda escrivera an abassad avenavara me	
CRIME MILITAR – Deserção – Soldado que alega dificuldades financeiras para não comparecer ao quartel	713
Tribunal Regional Federal da 1.º Região	713
<ul> <li>CONCURSO FORMAL – Extração de recursos minerais sem autorização e usurpação de matéria-prima da União</li> </ul>	5 5
I RIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	717
COMPRA E VENDA – Imóvel – Atraso na entrega – Congelamento do saldo devedor após o prazo de tolerância	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ	721
INDENIZAÇÃO – Danos moral e material – Queda de ponte de madeira devida à passagem de caminhão	
Tribunal de Justiça do Paraná	725
<ul> <li>CRIANÇA – Regulamentação de visitas – Realização de convívio sem supervisão –</li> <li>Circunstâncias não comprovadas pela mão a confecto de convívio sem supervisão –</li> </ul>	
indicam favorável adaptação da infante	29
<ul> <li>SOCIEDADE COMERCIAL – Quadro societário – Ingresso de beneficiária de sócia originária por anulação de aditivos contratueis</li> </ul>	0.0
RIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANFIRO	33
<ul> <li>AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Improbidade administrativa – Policiais militares que recebiam vantagem indevida de traficantes para omitivam o recevo.</li> </ul>	
entorpecentes	19



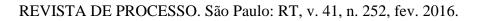
### REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: RT, v. 41, n. 251, jan./ 2016.

	Sumário
rocesso à Luz da Constituição Federal	
Relazioni tra le parti, i giudici e i difensori	
Relação entre as partes, os juízes e os defensores	
Sergio Chiarloni	17
EORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO	
Pluralidade de interesse e participação de terceiros assistência simples à coletivização, passando pelo partir e para além do novo Código de Processo Civ	amicus: notas a
Plurality of interests and third-party participation tion to collectivization, including the amicus: no Code of Civil Procedure)	(from interven- otes on the new
Egon Bockmann Moreira e Marcella Pereira Ferraro.	43
Introdução às raízes históricas do princípio da coo rationsmaxime)	peração ( <i>Koope</i> -
Historical introduction to the 'principle of cooper tionsmaxime)	ation' (Koopera-
RONALDO KOCHEM	75
Bong fides: do direito material ao processual	
Bona fides: dal diritto materiale al procedurale	
Rogério Donnini	113
lura novit curia no processo civil brasileiro: dos pri	mórdios ao novo
lura novit curia in the Brazilian civil procedure: fro to the new CCP	om the beginning
Thadeu Augimeri de Goes Lima	127
Tutela Executiva	
Onde a discricionariedade começa, o direito termin voto proferido por Alexandre Freitas Câmara sobre	a: comentário ao

		-
	Sumário	13
	A objetivação do processo e o ativismo judicial no contexto do pós-positivismo	
	Objective process and judicial activism in the context of postpositivism	
	Osmar Mendes Paixão Côrtes	321
TÉCNICAS	Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva	
	Jurisdição coletiva, ideologia coletivizante e direitos fundamentais	
	Collective justice, collective-like ideology and fundamental rights	
	Bruno Dantas	341
	Incidente de resolução de demandas repetitivas: projeções em tor- no de sua eficiência	
	Incident of settlement of repetitious claims: projections around the efficiency thereof	
	Guilherme Puchalski Teixeira	359
TUTELA D	DIFERENCIADA	
	Transação de direitos indisponíveis?	
	Negotiating unavailable rights?	
	Elton Venturi	391
DIREITO .	JURISPRUDENCIAL CONTROL OF THE PROPERTY OF THE	
	Precedentes judiciais na administração pública	
	Precedents in public administration	
	Weber Luiz de Oliveira	429
DIREITO	ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES	
	An introduction to the Singapore legal system and its courts and rules of civil procedure	
	Uma introdução ao sistema jurídico em Singapura, suas cortes e regras de processo civil	
	Andrew Phang e Goh Yihan	459
	O sistema jurídico nos Estados Unidos – Common law e carreiras jurídicas (judges, prosecutors e lawyers): o que poderia ser útil para a reforma do sistema processual brasileiro?	
	The legal system in the United States – Common law and legal pro- fession (judges, prosecutors e lawyers): what could be useful for re- forming the Brazilian legal system?	
	Gregório Assagra de Almeida	523

#### REVISTA DE PROCESSO 2016 • REPRO 251 14

JURI	SPRUDÊNCIA <b>A</b> NOTADA
	Acórdãos
	Supremo Tribunal Federal
	REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – Imposto de renda – Incidência sobre os valores dos depósitos bancários de origem não comprovada – Discussão acerca da constitucionalidade do art. 42 da Lei 9.430/1996 que transcende os interesses subjetivos das partes
	Superior Tribunal de Justiça
	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – Processamento segundo o rito dos recursos repetitivos – Admissibilidade – Interpretação de tais regras que não deve ser promovida de forma restritiva, a fim de obstar a desnecessária discussão sobre teses já pacificadas – Inteligência do art. 543–C do CPC/1973
	que recebe a execução extinta por homologação de acordo entre as par-
	cutório, são provisórios, pois a sucumbência final depende da conclusão do julgamento – Possibilidade, ademais, de ajuizamento de ação autônoma pelos patronos que se entendam prejudicados para discussão do efetivo direito ao montante
	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – Ocorrência – Execução suspensa por treze anos em razão da inexistência de bens passíveis de penhora – Inércia do exequente, o qual não diligenciou para localizar novos bens, que supera o prazo prescricional do direito material vindicado – Desnecessidade, ademais, de prévia intimação do credor para dar andamento ao feito – Entendimento em sintonia com o Novo Código de Processo Civil
RESENH	591
	Novo CPC – Fundamentos e sistematização, de Humberto Theodoro Júnior; Dierle Nunes; Alexandre Melo Franco Bahia e Flávio Qui- naud Pedron
	Resenha por Alexandre Máximo Oliveira
	Julgamento nas cortes supremas – precedente e decisão do recurso diante do novo CPC, de Luiz Guilherme Marinoni
	Resenha por Stella de Oliveira Saraiva
NDICE A	LFABÉTICO-REMISSIVO
	611
*ONIVIAS [	DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA



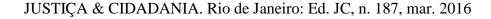


# Sumário

oria Geral do Processo	
ORIA GERAL DO PROCESSO  Processo civil democrático, contraditório e novo Código de Processo C  Democratic civil procedure, contradictory and the New Code of C  Procedure	
GUSTAVO HENRIQUE SCHNEIDER NUNES	
O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua a cação ao reconhecimento, <i>incidenter tantum</i> , da existência de gru econômicos	pos
The incident piercing the corporate veil and its application to recognition, incidenter tantum, of the existence of economic groups	
Gustavo Viegas Marcondes	
A desconsideração da personalidade jurídica para fins de responsab dade: uma visão dualista da <i>disregard doctrine</i>	
The disregard of legal personality for liability purposes: a dualistic volume of the disregard doctrine	iew
Mozart Vilela Andrade Junior	
Os limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo C Le domaine de l'autorité de la chose jugée et le Nouveau Code Procédure Civile brésilien	
Rodrigo Ramina de Lucca	
Varas distritais e competência previdenciária ou assistencial: o dire fundamental de acesso à justiça	eito
Decentralized units of district courts and their power to judge concerning social security benefits: the fundamental right of access justice	
Walter Claudius Rothenburg e Cristiane Ferreira Gomes Ramos	
Contiguida Processor (Dinhodes 2018 colores ou processor de la colores d	
ROCESSO DE CONHECIMENTO	
Julgamento antecipado parcial do mérito  Partial summary judgment on the merits	
Edition Meireles	

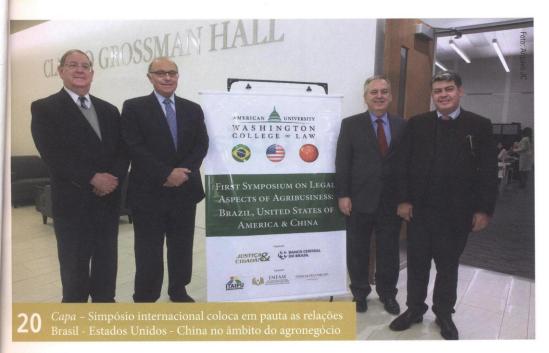
353 CH LITT OF GROUP TO SERVICE T	
Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva	
O novo processo coletivo para o controle jurisdicional de políticas pú-	
blicas: breves apontamentos sobre o Projeto de Lei 8.058/2014	
The new collective process for the judicial review of public policies: brief notes on Bill 8.058/2014	
THADEU AUGIMERI DE GOES LIMA	275
Tutela Diferenciada	
A tutela inibitória e os seus fundamentos no Novo Código de Processo Civil	
La tutela inibitoria e i suoi fondamenti nel Nuovo Codice di Procedura Civile	
Edson Antônio Sousa Pinto e Daniela Lopes de Faria	303
Jurisdição condicionada e acesso à justiça: considerações sobre a esca- lada de tutelas contra a Fazenda Pública	
Conditioned jurisdiction and access to justice: considerations on the escalation of actions against the State	
Marcelo Barbi Gonçalves	319
DIREITO JURISPRUDENCIAL	
As Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre embargos de divergência e o Novo Código de Processo Civil The statements of the Supreme Court and the Superior Court about divergence embargoes and the New Civil Procedure Code	
Luiz Antonio Ferrari Neto	341
Distinguishing e overruling na aplicação do art. 489, § 1.º, VI, do CPC/2015	
Distinguishing and Overruling when applying Art. 489, § 1.°, section VI, of the 2015 CPC	
Wagner Arnold Fensterseifer	371
A simulação em negócios jurídicos de corretagem imobiliária e a necessidade de uniformização do tema pelo Superior Tribunal de Justiça  The simulation in legal business of real estate brokerage and the need of standardising by Superior Tribunal de Justiça	
Lucas Diniz Ayres de Freitas	387
LOCAS DINE TIMES DE FILLIASIAMINA	00

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO - GENERALIDADES	
la revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirad desde la justicia distributiva en el proceso sivil	
A reavaliação da audiência preliminar ou preparatória: uma visão d justiça distributiva em processos cíveis ÁLVARO PÉREZ RAGONE	
	405
Civil justice's "songs of innocence and experience". The gap between expectation and experience	
Canções da Justiça Civil: inocência e experiência. A distância entre esperanças e experiência	ALERIATI 167
Neil Andrews	. 437
La tutela inibitorra e i suoi fondamenti nel Nuova Cogree asserbatavano.	
Jurisprudência Anotada	
Acórdãos	
Supremo Tribunal Federal	
MANDADO DE SEGURANÇA – Condicionamento de inscrição de produtor rural ao pagamento de tributo – Inteligência das súmulas 70, 323 e 547 do STF	200
	457
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
AGRAVO DE INSTRUMENTO – Perda do objeto – Antecipação de tutela	473
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Omissão no julgado – Decisão que aborda os pontos destacados pelo embargante	100
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Impugnação após a penhora nos autos – Inte- ligência do art. 475-J, § 1.º, do CPC/1973	489
2001 200 200 100 Cr Cr 1373	494
RESENHA	
Recensão à obra Vertraulichkeit im Schiedsverfahren, de Heiner Kahlert Resenha por Artur Flamínio da Silva	503
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	500
TOP INFORMATION OF A SAME AND A S	509
Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita	515





### Sumário



- 6 Editorial A condenação do faz de conta acabou
- 8 Desconsideração da personalidade jurídica. Interpretação ampliativa e ramificada. Avanço ou retrocesso?
- 12 Um instituto de estudos legais e judiciais Brasil-Estados unidos na Washington College of Law
- 14 O insensato retorno da CPMF
- 32 Clamor pela união e luta por justiça
- 34 Da ordem dos processos nos tribunais e seu impacto na efetividade da jurisdiçãoSistema do novo CPC
- 38 IAB cria escola para ensino e pesquisa de temas jurídicos

- 40 Inovações trazidas pelo NCPC relativas à apelação cível e ao agravo de instrumento
- 46 O dumping social e a atuação do juiz do trabalho no combate à concorrência empresarial desleal
- 52 Zika, aborto e autonomia da mulher
- **56** A Alienação Parental e as consequências nas relações familiares
- 60 A democracia e o direito de defesa
- 62 Oswaldo Trigueiro, um ministro do STF
- 64 A prisão do vice-presidente do facebook ameaça a soberania brasileira?



REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS, Brasília, DF, v. 51, n. 107, jul./dez. 2015.



O CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA APLICADO AOS	A INTA
ATIVOS INTANGÍVEIS	NAPRO
THE CONTROL OF TRANSFER PRICING APPLIED TO INTANGIBLE ASSETS	THE IN
Reinaldo Marques da Silva	Bruno
ATIVISMO JUDICIAL – CAUSAS E FUNDAMENTOS	O CON
JUDICIAL ACTIVISM - CAUSES AND FOUNDATIONS	DIREIT
Ana Luíza de Morais Rodrigues	THE JUI
O EQUÍVOCO DO JUDICIÁRIO PERANTE A INEFICÁCIA DAS CESSÕES	SOCIAL
DE DIREITOS DE IMÓVEL PÚBLICO	Ditune
THE INEFFICACY OF CESSION RIGHTS OF PUBLIC PROPERTY	
Mara Silda Nunes de Almeida	

A INTANGIBILIDADE DO MÓVEL TEMPORAL
NAPROGRESSÃO DE REGIME
THE INTANGIBILITY OF THE TEMPORAL MOBILE OF REGIME PROGRESSION
Bruno Joviniano de Santana Silva
O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS
THE JUDICIAL CONTROL OF THE PUBLIC POLICIES IN FUNDAMENTAL
SOCIAL RIGHTS
Eliane Pires Araújo

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COM AVISO DE RECEBIMENTO  Desa. Carmelita Brasil
LIMITE MÁXIMO PARA EXPEDIÇÃO DE RPV – LEI DISTRITAL  Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior
MULTA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA COM BASE NO PODER DE POLÍCIA DO ESTADO – LEGALIDADE
Juiz Asiel Henrique de Sousa
OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA FIXADA EM DIVÓRCIO CONSENSUAL EXTRAJUDICIAL – NATUREZA COMPULSÓRIA
Des. Romão C. Oliveira
PERDA DO DIREITO DE USO DO NOME DE CASADA - REQUISITOS
Desa. Simone Lucindo
PRECONCEITO RACIAL – VINCULAÇÃO PARCIAL ENTRE AS ESFERAS CÍVEL E PENAL Des. Sebastião Coelho
233
PREPONDERÂNCIA DA MULTIRREINCIDÊNCIA SOBRE A CONFISSÃO ESPONTÂNEA
Des. Mario Machado
PROCESSO ADMINISTRATIVO – PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO
Des. Roberval Casemiro Belinati
PROVEDOR DE INTERNET – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA IN OMITTENDO
Des. Mário-Zam Belmiro
RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM - HOMICÍDIO
Des. Jair Soares
RECURSO DE APELAÇÃO COM EFEITOS CINDIDOS – SENTENÇA EM CAPÍTULOS
Des. Josaphá Francisco dos Santos
RELAÇÃO DE CONSUMO - TEORIA FINALISTA APROFUNDADA  Des. Teófilo Caetano

RESTABELECIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA EX-CÔNJUGE – COISA JULGADA
Desa. Ana Maria Amarante
SERVIDOR PÚBLICO – AUXÍLIO-TRANSPORTE
Juiz João Luis Fischer Dias
SONEGAÇÃO FISCAL - VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE EM RAZÃO DA QUANTIDADE DE CONDUTAS DELITUOSAS
Des. Humberto Ulhôa
TRANSEXUAL NÃO SUBMETIDA À CIRURGIADE REDESIGNAÇÃO DE SEXO – ALTERAÇÃO DO GÊNERO NO REGISTRO CIVIL
Desa. Maria de Lourdes Abreu
TRANSPOSIÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO
Des. Silva Lemos
TRIBUNAL DO JÚRI -JUNTADA DE FOLHA DE ANTECEDENTES INFRACIONAIS
Des. Jesuino Rissato
TRÁFICO DE ENTORPECENTES - INDULTO Desa, Sandra De Santis
UBER – SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INDIVIDUAL PRIVADO
Des. Sérgio Rocha
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS
Des. Silvanio Barbosa



#### JUSTIÇA & CIDADANIA. Rio de Janeiro, n. 188, abr. 2016

#### **SUMÁRIO**

